FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TÉNIS DE MESA

Relatório & Contas 2012

ÍNDICE

02 Órgãos Sociais da Federação
04 Nota da Direção
05 Relatório de Gestão
26 Balanço
27 Demonstração de Resultados
28 Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais
29 Demonstração dos Fluxos de Caixa
30 Anexo ao Balanço e Demonstração de resultados
53 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
54 Certificação das Contas

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral:

Presidente: António José Matos de Almeida

Vice-Presidente: José Francisco Mendes Vaz

Secretário: Sergio Vitor Braz

Direção:

Presidente: Pedro Miguel Gaspar Dias Moura

Vice-Presidente: Anabela Valério da Silva Fernandes

Vice-Presidente: Artur Jorge Gomes da Silva

Vice-Presidente: Daniela Rute Chaves Gomes da Costa

Vice-Presidente: Helena Torres

Vice-Presidente: Luís Miguel de Matos Garrett

Vice-Presidente: Margarida Eugénia Dias Ferreira

Vice-Presidente: Ricardo Filipe de Sousa Dias Macedo de Oliveira

Vice-Presidente: Tiago Moura Viegas Henriques dos Santos

Conselho Fiscal

Presidente: José Manuel Araújo Roseiro

Vogal: Ludgero Gonçalves Queiroz

Vogal: Gonçalo Nuno Pimenta Camacho

Conselho Justiça:

Presidente: Sergio Nuno Coimbra Castanheira

Vogal: Afonso Luis Torneiro Pedrosa

Vogal: Rui Miguel Antão Pires

Conselho Disciplina:

Presidente: Manuel José Teixeira Simões Antunes Marinheiro

Vogal: João Miguel Borrego Nogueira da Rocha

Vogal: António Manuel Teixeira da Silva Goncalves

Conselho Arbitragem:

Presidente: Luis Manuel Oliveira Sousa

Vogal: José Alberto Mendes Neves

Vogal: Helder Fernando Pires Araujo

Nota da Direção

A Direção da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa apresenta o Relatório e Contas da atividade exercida em 2012.

Num contexto nacional e internacional marcado pela crise financeira e escassez de recursos a Federação confronta-se com:

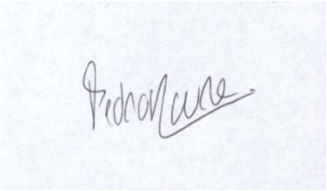
- O desafio da eficiência e diversificação das suas fontes de financiamento;
- A gestão prudente limitando as despesas o mais possível e procurando criar alguma folga em cada projeto de forma a baixar o risco de perda de financiamento, não comprometendo a execução futura.

Não podemos deixar de ter uma palavra de agradecimento e reconhecimento para com todos os que colaboram connosco em torno do sucesso dos nossos objectivos, nomeadamente:

- Órgãos sociais não remunerados;
- Associações Regionais recebendo subsídios abaixo do orçamentado para 2012;
- Treinadores e atletas, os verdadeiros protagonistas de qualquer projeto desportivo e os grandes sacrificados das medidas de contenção que foram adotadas.

Por último, a todos os colaboradores da FPTM e ao Conselho Fiscal da Federação, agradecemos, ainda, todo o apoio prestado, bem como a confiança e o reconhecimento do trabalho realizado.

A Direção



1- Relatório de Gestão

Exmos/as Senhores/as Delegados/as,

Em cumprimento das normas legais e conforme os Estatutos da Federação Portuguesa de ténis de Mesa, a Direção submete à apreciação o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios, Demonstração dos Fluxos de Caixa para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 e as respectivas Notas às Demonstrações Financeiras reportados ao exercício em curso, que compreende o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012.

1.1 – ANÁLISE DO PERÍODO

De acordo com a legislação em vigor e conforme os estatutos da Federação Portuguesa Ténis de Mesa, apresentamos os resultados do exercício de 2012, os quais encerram com um resultado negativo de 11.267€.

Em 28 de Julho de 2012 ocorreram eleições para os órgãos sociais da FPTM tendo provocado um impacto direto tanto no plano de atividades como na execução orçamental de um ano que acabou por ficar para a história do Ténis de Mesa de Portugal.

1) Seleções Nacionais Seniores

A 5 de Agosto a seleção portuguesa de Ténis de Mesa atingia o ponto mais alto da sua história com um brilhante 5º lugar nos Jogos Olímpicos de Londres. O encontro Portugal-Coreia do Sul realizado num Domingo à tarde, com transmissão direta na RTP 2, com duração superior a 3 horas e com uma audiência aproximada de 360.000 espetadores, terá sido o momento de viragem.

Nos Campeonatos do Mundo disputados em Dortmund entre 25 de Março e 1 de Abril de 2012, a Seleção Nacional Masculina conseguiu um espetacular 11º lugar, a sua melhor classificação de sempre, apesar de se apresentar desfalcada de um dos seus jogadores principais, o Tiago Apolónia.

Enquadrada no grupo B com as seleções da Alemanha, Singapura, República Checa, Sérvia e Espanha, a seleção portuguesa apurou-se para a fase seguinte no 2º lugar do grupo, após derrotas por 0-3 com a República Checa e Alemanha e vitorias por 3-0 contra Espanha, Servia e por 3-

2 contra Singapura, indo disputar os 12 primeiros lugares do Campeonato do Mundo. Na fase final derrotas com a Suécia por 0-3 e com a Bielorrussia por 1-3 seguida de uma vitória por 3-2 contra a Polónia posicionaram a seleção nacional no 11º lugar. Nesta mesma competição a Seleção Feminina acabaria a competição no 34ºlugar entre 90 países participantes.

Paralelamente e para se qualificarem para os Jogos Olímpicos de Londres, os nossos atletas João Monteiro e Marcos Freitas concretizaram o apuramento logo no Torneio Europeu de Qualificação que se realizou no Luxemburgo entre 11 e 15 de Abril onde somente 13 jogadores garantiram a qualificação. Pelo fato de estar a recuperar de uma cirurgia ao joelho esquerdo, Tiago Apolónia teve de esperar pelo Torneio Final Mundial de Qualificação Olímpica que se disputou em Doha (Quatar) entre 10 e 13 de Maio. Tiago venceu a prova garantindo assim a qualificação, pela primeira vez, da equipa de Portugal nos Jogos Olímpicos.

Foi também nesta última fase de qualificação Mundial que a atleta Huang Lei se apurou para participar nos Jogos Olímpicos, garantindo a primeira participação feminina portuguesa nos Jogos. A presença na competição coletiva dos Jogos Olímpicos de Londres acabou por se tornar memorável após vitória sobre a Grã-Bretanha por 3-0 e derrota, nos quartos-de-final, por 3-2 com a seleção nº 2 (dois) do ranking Mundial, a Coreia do Sul.

Na competição individual dos Jogos Olímpicos Huang Lei foi eliminada na ronda inicial, João Monteiro na segunda ronda após estar isento da primeira e Marcos Freitas atingiu a terceira ronda, classificando-se assim no 17º lugar.

Estes atletas tiveram, durante a competição, a companhia de André Silva (como suplente), e dos treinadores Afonso Vilela e Ricardo Faria que simultaneamente liderou a delegação portuguesa. A direção da FPTM agradece a todos os envolvidos na brilhante participação do Ténis de Mesa de Portugal nos Jogos Olímpicos 2012.

Iniciou-se ainda em 2012 a fase de qualificação de equipas para o Campeonato de Europa de Seniores Masculinos e Femininos que se irá realizar em Outubro de 2013 na Áustria. Na competição feminina, participando na Divisão Challenge, o sorteio indicou-nos o Grupo B com a Eslováquia, Turquia, Luxembugo, Estónia e Bulgaria sendo que no primeiro encontro a seleção deslocou-se a Bratislava onde bateu a equipa local por 3-1. O treinador António Fernandes levou com ele as jogadoras Ana Neves, Cátia Martins e Huang Lei.

Na segunda jornada a seleção enfrentou o Luxemburgo, num encontro realizado no Funchal. Neste encontro Olga Shranko fez a sua primeira internacionalização por Portugal, substituindo a ausente Huang Lei. Apesar da excelente réplica o resultado acabou por ditar uma derrota por 2-3.

A terceira jornada realizou-se a 20 Novembro, na Praia da Vitória (Ilha Terceira, Açores), primeira vez que uma seleção Portuguesa se deslocou ao arquipélago, fruto da grande vontade demonstrada pela ATM Ilha Terceira que garantiu todas as condições necessárias à realização do evento que acabou por se tornar num enorme sucesso organizativo, desportivo e financeiro. António Fernandes levou as jogadoras Ana Neves, Cátia Martins e Hunag Lei a que se juntaram as jovens Joana Mota, Patrícia Maciel e Raquel Andrade. A vitória por 3-0 manteve a seleção perto da liderança do grupo, finalizando assim com brilhantismo um ano especial para o Ténis de Mesa feminino de Portugal. Na prova masculina, o sorteio ditou que Portugal ficasse no grupo A, da divisão Championships, juntamente com a campeã em título Alemanha, a vice-campeão Suécia, França, Sérvia e Espanha.

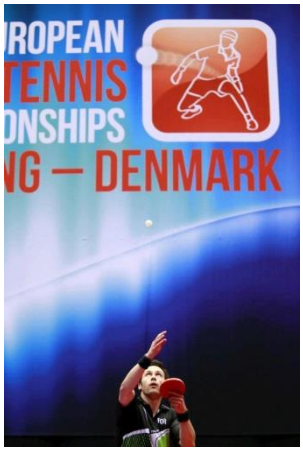
No dia 4 de Setembro, a seleção Portuguesa recebeu a congénere Francesa, com o Pavilhão Casal Vistoso em Lisboa cheio de público numa jornada de grande propaganda para o Ténis de Mesa. O jogo foi transmitido em direto pela internet, através da BolaTV. Registo para a presença no encontro do Presidente da ETTU Sr. Stefano Bosi, do Presidente da FFTT Sr. Christian Palierne, do Secretário de Estado do Desporto e Juventude Dr. Alexandre Mestre, do Presidente do IPDJ Dr. Augusto Baganha, do Presidente da Confederação do Desporto de Portugal Dr. Paula Cardoso, do Presidente da CM das Caldas da Rainha Dr. Francisco Costa e Vereador da CM Lisboa Dr. Manuel Brito para além da ex-atleta Olímpica e referência do desporto nacional Rosa Mota.

Foram convocados para este encontro os atletas André Silva, Diogo Chen, João Monteiro, Marcos Freitas, Tiago Apolónia e estreou-se o treinador Pedro Rufino ao comando da seleção senior co-adjuvado por Francisco Santos, a que se juntou o fisioterapeuta Rui Drummond,

sendo que este foi também o primeiro ato público da nova direção da FPTM. Desportivamente a caminhada para o Europeu iniciou-se da melhor maneira com uma vitória por 3-1, mas o grande destaque foi a adesão do público o carinho com que os jogadores foram recebidos pelos portugueses.

Seguiu-se uma viagem até à Sérvia para a segunda jornada. Pedro Rufino levou os jogadores André Silva, João Monteiro, Marcos Freitas e Tiago Apolónia que trouxeram uma vitória por 3-1 e o respetivo comando no grupo A em igualdade pontual com a Alemanha. A 20 de Novembro realizou-se o Portugal-Espanha, referente à 3ªjornada da competição, no Centro de Alto de Rendimento das Caldas da Rainha, numa parceria com a Federação Portuguesa de Badminton e com a Camara Municipal das Caldas da Rainha a quem aproveitamos para agradecer toda a colaboração prestada para que a realização deste encontro fosse um sucesso, não só organizativo e desportivo mas também financeiro.

Aos treinadores Pedro Rufino e Francisco Santos juntaram-se os jogadores João Geraldo, João Monteiro, Marcos Freitas e Tiago Apolónia, para além do Fisioterapeuta Rui Drummond. Com a vitória por 3-0, Portugal terminava um ano inesquecível na liderança da prova, garantindo desde logo o apuramento para o Campeonato de Europa 2013, na presença do Secretário de Estado do Desporto e Juventude Dr. Alexandre Mestre, do Secretário-geral do Comité Olímpico de Portugal Dr. Marques da Silva e do Presidente da Camara Municipal das Caldas da Rainha Dr. Francisco Costa.



Ainda em Novembro de 2012, Portugal fez-se representar no Campeonato da Europa Individual que ser realizou em Herning da Dinamarca com uma delegação liderada pelo Vice-Presidente Tiago Viegas que incluía os treinadores Pedro Rufino, Francisco Santos e António Fernandes e o fisioterapeuta Rui Drummond. Foram convocados os seguintes jogadores: Ana Neves, Cátia Martins, Huang Lei, André Silva, João Monteiro, Marcos Freitas e Tiago Apolónia.

O grande destaque desta prova foi protagonizado por João Monteiro que ficou à porta da medalha com um brilhante 5º lugar.

Neste contexto de grande afirmação internacional dos nossos atletas seniores, foram surgindo ao longo da época momentos que mereceram grande destaque:

- Participação do Marcos Freitas no Top 12 Europeu de Seniores que se realizou em Lyon, terminando a prova no 9º lugar.
- Participação de Marcos Freitas na Taça do Mundo de Seniores que se realizou em Liverpool, sendo a primeira vez que um atleta português participa nesta competição.
- Convocatória do atleta Marcos Freitas, pela ETTU, para o encontro Europa-Ásia a realizar em 2013.
- Nomeação da Equipa Nacional Senior Masculina para o prémio "Equipa do ano" na Gala do Desporto organizada pela Confederação do Desporto de Portugal.

- Nomeação do atleta Marcos Freitas para o prémio "Atleta masculino do ano" na Gala do Desporto organizada pela Confederação do Desporto de Portugal.

2) Seleções Jovens

Ainda no âmbito da afirmação internacional do Ténis de Mesa de Portugal, 2012 trouxe momentos de grande destaque para os jovens portugueses. O ano iniciou-se com a presença de Maria Xiao e João Geraldo na Final do Circuito Mundial de Juniores, prova disputada em Porto Rico no mês de Janeiro. João Geraldo acabou a participação num honroso 13º lugar mas o grande destaque vai para Maria Xiao que terminou a competição no 3º lugar.

Maria Xiao voltou a brilhar no Top 10 Europeu Jovens com um brilhante 4º lugar na competição de Juniores Femininos. Na classe de Cadetes, Rita Fins atingiu um muito meritório 8º lugar na classe de Cadetes Femininos.

As participações nos Opens de Itália, Espanha, Polónia e Funchal por algumas seleções jovens de Portugal proporcionaram a continuidade dos contatos internacionais aos nossos atletas mais jovens.

Portugal participou no Campeonato de Europa de Jovens que se realizou entre 13 e 22 de Julho em Viena de Áustria com as seleções de Cadetes e Juniores Femininos e Masculinos. A delegação foi liderada por José Bentes e era composta pelos treinadores Isidro Manuel Borges, Marco Rodrigues, Helder Melim e António Fernandes. Os atletas convocados foram Rita Fins, Patrícia Maciel e Raquel Andrade em CF; António Malheiro, Paulo Silva e João Reis em CM; Cátia Martins, Mariana Goncalves e Joana Mota em JF; Digo Chen, João Geraldo e Jorge Costa em JM. Na competição coletiva realçe para o 6º lugar nos JM e 8º lugar CF sendo que o grande destaque da seleção portuguesa acabou por ser Rita Fins que conquistou um extraordinário 3º lugar na prova de pares de CF.

3) Provas organizadas em Portugal.

No ano de 2012, a FPTM organizou duas provas internacionais no nosso país. Os Campeonatos Iberoamericanos e o XX Open de Portugal de Jovens.

a) Os Jogos Iberoamericanos aconteceram entre 19 e 22 de Março e tiveram lugar no Pavilhão Casal Vistoso em Lisboa contando com a participação de Portugal, Espanha, Argentina, Chile, Nicarágua, Brasil, Porto Rico, Republica Dominicana, Venezuela e Peru. Portugal dominou a competição e venceu todas as competições coletivas e individuais.

b) O Open Jovem de Portugal teve lugar em Tavira entre 15 e 17 de Dezembro, contando com a participação de 8 países. Sem contar para o ranking mundial e europeu, a prova não atingiu o número de participantes de outros anos, afetada que foi pela crise económica europeia e pelo fato de na mesma altura se realizar o Campeonato Mundial de Juniores na India. No entanto a competição manteve um bom nível competitivo e proporcionou experiência internacional a mais de trinta jovens atletas portugueses e foi novamente uma excelente jornada de promoção da modalidade.

4) Calendário Nacional de Provas

Todos os Campeonatos Nacionais dos escalões jovens, relativos à época 2011/2012 efetuaram-se, como é normal, no primeiro semestre do ano civil de 2012, tendo a FPTM tentado descentralizar os locais onde as provas foram organizadas. Tendo tomado posse a 31 de Julho de 2012, decidiu esta direção da FPTM introduzir algumas alterações nos quadros competitivos para a nova época com particular realce para:

- Extinção da 3ª divisão masculina, criando uma 2ª divisão mais alargada com 5 zonas continentais, 1 zona continente e Açores e 1 zona Madeira num novo sistema competitivo que pode permitir a subida à primeira divisão até 3 clubes da mesma zona. Este sistema foi implementado com o objetivo de baixar custos de participação aos clubes, baixar custos de organização à FPTM e simultaneamente aumentar o volume de jogos por clubes;
- Aumento do número de equipas a disputar a 2ª divisão feminina;
- Permissão que os atletas possam disputar os Campeonatos Nacionais Individuais de classes etárias superiores, aumentando assim o nível competitivo e de participação das provas;
- Restruturação do sistema de enquadramento das classes etárias dos Torneios com Classificação Nacional, aumentando automaticamente assim o numero de provas existentes para o escalão de Juniores.

5) Dirigentes nacionais em organismos internacionais

A consolidação de Portugal como uma potência do Ténis de Mesa é indiscutível e relevante até pela inclusão de dirigentes portugueses nos organismos da ETTU, como é o fato da Vice-Presidente da FPTM Daniela Rute Costa ter sido nomeada e eleita para o Comité da Juventude da ETTU e o juiz-árbitro internacional Carlos Paraíso Silva ter sido nomeado e eleito para o Comité de Juízes e Árbitros da ETTU.

6) Iniciação e Formação

Fez a FPTM uma análise à participação desportiva na modalidade de Ténis de Mesa, tanto a nível federado, como escolar, ao posicionamento da FPTM face a algumas das restantes Federações, à situação financeira da FPTM e ainda aos recursos humanos disponíveis no sentido de perceber quais as atividades que tinham possibilidade de ser implementadas nas áreas da Iniciação e Formação.

Foram consultados os parceiros estratégicos nas áreas da Iniciação (Divisão do Desporto Escolar) e Formação (IPDJ), algumas empresas potencialmente parceiras (editoras, empresas distribuidoras de material desportivo) e também as instituições potencialmente parceiras (ETTU, ITTF).

Estudou a FPTM o estado do processo de cumprimento do PNFT, o histórico de formação entre 2005 e 2010 e o número de treinadores/as de Ténis de Mesa com cédula após o qual se definiu uma estratégia para atingir a visão e missão definidas:

a) MISSÃO

Implementar o PNFT, aumentar o número de treinadores/as e professores/as com formação específica de Ténis de Mesa, aumentar o tempo e a qualidade de prática da modalidade na escola, melhorar o nível dos/as alunos/as e fomentar a relação escola/clube bem como a deteção de talentos e o percurso para o alto rendimento.

b) VISÃO

Em 2016 todos/as os/as Treinadores/ as e professores/as têm ferramentas para o ensino do Ténis de Mesa nas escolas/clubes portugueses e a prática federada cresce 25% e enquadra 200 clubes e 3800 praticantes.

Esta análise deu origem ao PLANO ESTRATÉGICO 2013-2016 e a várias atividades, realizadas em 2012, nas seguintes áreas:

i. Departamento de Iniciação e Formação

Foram múltiplos os fatores que conduziram à criação do Departamento de Iniciação e Formação:

- a diminuição do número de praticantes federados nos últimos 15 anos, com especial preocupação com a diminuição do número de praticantes jovens;
- a exigência da nova legislação da Formação de Treinadores;
- a escassez de recursos humanos e financeiros da FPTM;
- a necessidade em concretizar um apoio consistente à dinâmica e necessidade das Associações Distritais;
- a identificação de um conjunto de valores da modalidade que se adequam aos valores educativos presentes nos programas do 1º e 2º/3º ciclo do Ensino Básico;
- o objetivo de criar a ligação entre o Ténis de Mesa na Escola e nos Clubes e fortalecer ambas as práticas.

ii. Desporto Escolar

Em Setembro de 2012 a FPTM iniciou uma série de reuniões com a Divisão do Desporto Escolar no sentido de analisar a estratégia conjunta para melhorar a presença do Ténis de Mesa na Escola.

Foi identificada a necessidade em avançar com várias atividades. Em 2012 a FPTM concretizou o plano de atividades com a Escola, onde se enquadrou o livro “O Ténis de Mesa vai à Escola” com edição em 2013. Este livro, cujo conteúdo foi trabalhado entre Agosto e Novembro de 2013, será a âncora das futuras intervenções do Departamento de Iniciação e Formação, bem como das Associações nas interações com os/as professores/as e escolas.

iii. Estágios

Por forma a reunir conteúdos para o livro e, em simultâneo proporcionar estágios aos / às mais jovens, foram organizados dois momentos de concentração, em Setembro (Lisboa) e Outubro (Porto), para permitir uma participação/contribuição no livro a atletas de todo o país e de ambos os sexos.

iv. Parcerias

Para a concretização do Livro foram formalizadas as primeiras parcerias da FPTM com a Porto Editora e SportZone/Katto e elaborada a candidatura para apoios institucionais (IPDJ e ETTU). Para o sucesso destas iniciativas contribuíram dezenas de reuniões internas e externas.

v. Semana Olímpica

Em Dezembro a FPTM em parceria com a ATMP organizou a semana olímpica na Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. Tratou-se do maior evento nacional de divulgação e promoção do olimpismo junto da população jovem (alunos/as do 1º ciclo/2ºciclo/3ºciclo), em que o Ténis de Mesa de Portugal se notabilizou em termos organizativos ao proporcionar a experimentação da modalidade aos mais jovens, uma exposição alusiva ao Ténis de Mesa Olímpico, convívio e interação com atletas e a ação de divulgação do Livro "O Ténis de Mesa Vai à Escola", com a presença de representantes da FADEUP, Ministério da Educação e IPDJ.

vi. Plano Nacional de Formação de Treinadores (PNFT)

Na sequência de várias reuniões com a administração Pública Desportiva a FPTM participou ativamente na redação da reflexão do movimento associativo relativo ao Plano Nacional de Formação de Treinadores entregue ao IPDJ em Outubro de 2012.

PONTO DE SITUAÇÃO DO PNFT

Em Agosto de 2012 os referenciais de formação estavam incompletos e pouco coerentes com o PNFT de acordo com informação do IPDJ. Necessitavam de uma reformulação urgente. A FPTM agendou várias reuniões e contactos com a Divisão de Formação do IPDJ e procedeu à reformulação dos Referenciais de Formação dos Cursos de Formação de Treinadores (Grau I, II, III). Os novos referenciais foram aprovados pelo IPDJ no final de 2012.

No entanto, ainda neste âmbito, a nova direção viu-se confrontada com o términus do contrato-programa 37/DF/2011 (a 30 de Junho de 2012) e com a perda da possibilidade de utilização da comparticipação financeira (até ao valor máximo de 6.000,00 €) devida à elaboração dos conteúdos da componente de formação específica para os graus dos cursos de treinadores. Face aos constrangimentos humanos e financeiros a FPTM irá trabalhar nestes conteúdos no seio do Departamento de Iniciação e Formação, em 2013.

O processo de formação contínua de professores, no âmbito do ensino do Ténis de Mesa na Escola vai passar, numa fase inicial, por uma parceria estratégica com o Ministério da Educação. A criação dos referenciais dos cursos foi já idealizada pelo Departamento de Iniciação e Formação e entregue à Divisão do Desporto Escolar. A certificação dos cursos em 2013 irá ser promovida pelo Ministério da Educação com o apoio da FPTM. O projeto de criação de um Centro de Formação próprio dependerá da potencial angariação de recursos adicionais por parte do Departamento de Iniciação e Formação da FPTM.

7) Comunicação, Marketing e Imagem

A alteração dos órgãos socias da FPTM a meio do ano civil teve impacto direto nesta área, já que um dos Vice-Presidentes da direção anterior se dedicava a tempo inteiro neste projeto. Assim, decidiu esta direção alterar temporariamente o site da FPTM, tornando-o mais institucional, e transformando a página oficial do facebook como o principal veio comunicador da FPTM. No que se refere às relações com os órgãos de comunicação social, o realce vai para o destaque dado à seleção portuguesa durante a sua participação nos Jogos Olímpicos com os cerca de 360,000 portugueses que assistiram Portugal-Coreia do Sul a serem a maior audiência de qualquer transmissão do evento.

Os encontros que as seleções masculinas e femininas realizaram para a qualificação do próximo Campeonato de Europa foram aproveitados pela FPTM como momentos de grande interação tanto com a imprensa escrita desportiva e generalista como com os vários canais de televisão, com destaque para;
- Conferências de Imprensa de antevisão e após os jogos Portugal-França e Portugal-Espanha da competição masculina;
- Transmissão direta via streaming, na BolaTV, do encontro Portugal-França em Masculinos;
-Transmissão direta via streaming, no site da FPTM, do encontro Portugal-Estónia em Femininos;
- Magazine com duração de 1 hora, com transmissão no programa Desporto da RTP 2, totalmente dedicada ao Portugal-Espanha.

Conseguiu-se assim que três dos quatro encontros que as seleções seniores relizaram no nosso país, durante a qualificação param o próximo Campeonato da Europa tivessem transmissão via streaming ou na televisão.

Foram desenvolvidos contatos com várias empresas no sentido de atrair novos patrocinadores para as seleções nacionais e para a própria FPTM, contatos esses que ainda decorrem, tendo entretanto a FPTM renovado por mais 4 anos o acordo com a marca TIBHAR, através de significativa melhoria das condições financeiras. Este novo acordo abrange a possibilidade de a própria FPTM começar a comercializar material desta marca aumentando assim a possibilidade de angariar receitas extraordinárias. Foi essencial a

colaboração do Banco Português do Investimento e da agência TQ Viagens que viabilizaram financeiramente a transmissão do Portugal-Espanha no programa "Desporto" da RTP 2.

8) Agradecimentos

A FPTM gostaria de agradecer a todas as entidades que a têm apoiado e com as quais existem parcerias, destacando-se o Instituto Português do Desporto e Juventude, o Comité Olímpico de Portugal, a Confederação do Desporto de Portugal, a Câmara Municipal de Tavira, a Camara Municipal das Caldas da Rainha, a Camara Municipal de Lisboa, a Federação Internacional de Ténis de Mesa, a União Europeia de Ténis de Mesa, a empresa Tibhar, o Banco Português de Investimento a agência de viagens Travel Quality.

Os nossos agradecimentos são também extensivos às Associações Distritais ou Regionais, com particular destaque à ATM Ilha Terceira pelo empenho colocado na organização do Portugal-Estónia que permitiu receita extraordinária à FPTM, a todos os agentes da modalidade, aos fornecedores, aos órgãos socias da FPTM e aos seus colaboradores.

1.2 – ANÁLISE FINANCEIRA DO PERÍODO

Relativamente à execução orçamental, o resultado negativo reflete a compilação dos desvios verificados nos orçamentos para despesas (-4%, -26.717 €) e para receitas (2%, 11.815€).

Designação	Real	Proposta Global
Rendimentos Associativos	77.872	71.800
Subsídios à Exploração	470.895	485.250
Rendimentos Suplementares	52.598	32.500
Total dos rendimentos	**601.365**	**589.550**

Designação	Real	Proposta Global
Fornecimentos e Serviços Externos	318.937	316.600
Custos com o Pessoal	91.407	89.410
Outros Gastos e Perdas Operacionais	186.352	196.040
Gastos e Perdas Financeiras	9.137	30.500
Total dos Gastos	**605.833**	**632.550**

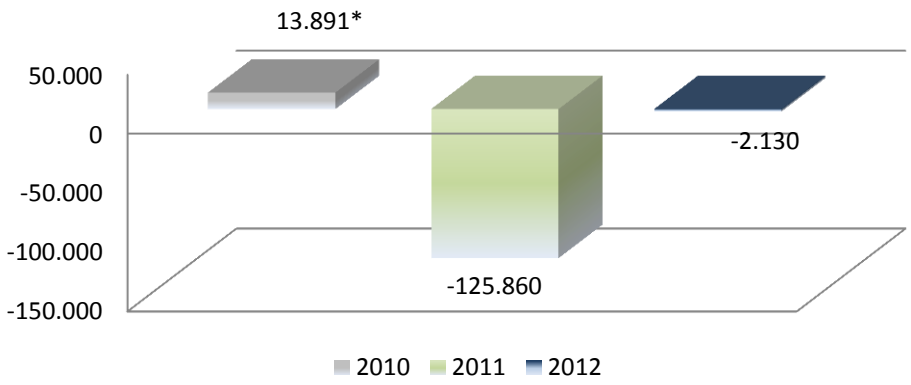
Apesar da redução dos apoios da Administração Pública, estes continuaram a ser fundamentais para a prossecução das atividades da FPTM, consubstanciados nos cinco programas – Desenvolvimento da Prática Desportiva, Alto Rendimento e Seleções Nacionais, Organização de Eventos Internacionais e Enquadramento Técnico.

1.2.1- Demonstração dos Resultados

Os resultados do exercício de 2012 ficam marcados pelo facto da Federação registar resultados líquidos negativos no montante de 11.267€, sendo de salientar o aumento dos Resultados operacionais em 120.317€ comparativamente com o exercício anterior, regressando ao patamar dos resultados positivos.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Valores em euros



* Valores apurados segundo o anterior normativo contabilístico (POCFAAC)

O resultado operacional registou um incremento aproximadamente de 123.730€, o que equivale a um aumento de 98%, comparativamente com o exercício anterior, explicado essencialmente pela diminuição dos fornecimentos e serviços externos, outros gastos e perdas e ainda dos gastos com o pessoal, respetivamente, em 124.104€, 56.817€ e 19.714€. Estes valores foram compensados pela diminuição dos subsídios, doações e legados à exploração e outros rendimentos e ganhos em 45.313€ e 50.166€, respetivamente. Estas diminuições revelam o impacto da redução dos contratos de programa com o IDP, com o COP e ainda com a organização de eventos.

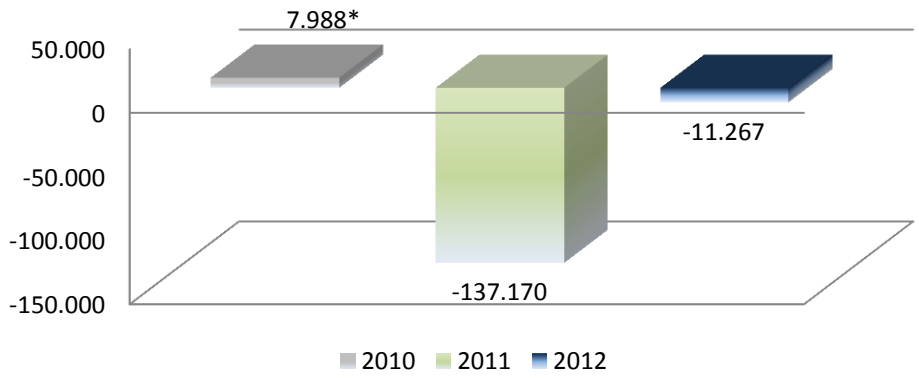
Em 2012 os subsídios procedentes do IDP diferiram em 38.750€ face a 2011:

Anos	Subsídios recebidos	Variação	
		Valor	%
2012	396.000	-38.750	-9%
2011	434.750	-18.250	-4%
2010	453.000	80	0%
2009	452.920	-80	0%
2008	453.000	-9.796	-2%
2007	462.796	22.896	5%
2006	439.900	-16.550	-4%
2005	456.450	5.839	1%
2004	450.611	8.623	2%
2003	441.988	-15.619	-3%
2002	457.607	4.868	1%

No subsídio do IDP destinado ao Desenvolvimento da Prática Desportiva verificou-se uma redução de 300.625€ para 286.000€, sendo as transferências globais para as Associações Distritais de 94.918€, o que representou 33.19% desse montante.

RESULTADOS LÍQUIDOS

Valores em euros



* Valores apurados segundo o anterior normativo contabilístico (POCFAAC)

No mesmo sentido do resultado operacional, o resultado líquido deste exercício apresenta um aumento face ao ano anterior, registando um acréscimo de 125.9034€. Este resultado releva o impacto positivo dos gastos operacionais compensado pelo impacto negativo dos rendimentos operacionais, conforme se analisa no quadro seguinte:

Valores em euros

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2012	2011	VARIAÇÃO (em valor)	VARIAÇÃO (%)
Rendimentos operacionais	601.365	681.684	-80.319	-12%
Gastos operacionais	-603.495	-807.544	-204.049	-25%
Resultados Operacionais	**-2.130**	**-125.860**	**123.730**	**98%**
Gastos Financeiros	-9.137	-11.310	-2.173	-19%
Resultado Líquido	**-11.267**	**-137.170**	**125.903**	**92%**

Analisando os rendimentos operacionais, verificou-se um decréscimo de 80.319€, face ao exercício anterior, justificado essencialmente pelos seguintes fatores:

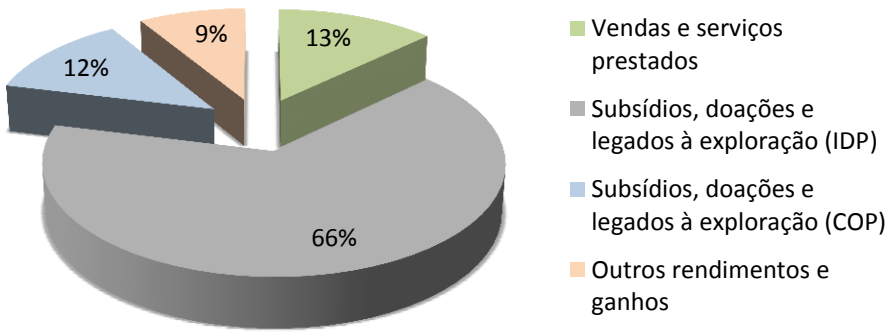
• Diminuição de 45.313€ nos subsídios, doações e legados à exploração;

• Diminuição de outros rendimentos e ganhos em 50.166€, nomeadamente na redução de eventos

Valores em euros

Rendimentos Operacionais	2012	2011	Variação (em valor)	Variação (%)
Vendas e serviços prestados	77.872	62.711	15.161	24%
Subsídios, doações e legados à exploração	470.895	516.208	-45.313	-9%
Outros rendimentos e ganhos	52.598	102.765	-50.167	-49%
Total Rendimentos operacionais	**601.365**	**681.684**	**-80.319**	**-12%**

No gráfico que se segue pode observar-se a repartição dos Rendimentos relativos ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2012:



Pode-se claramente constatar que a estrutura de Rendimentos da Federação assenta nos Subsídios, doações e legados à exploração representando 78% da totalidade dos rendimentos gerados pela instituição, com especial relevo nos 66% nos subsídios, doações e legados à exploração relativos aos contratos-programa do Instituto de Desporto de Portugal.

Valores em euros

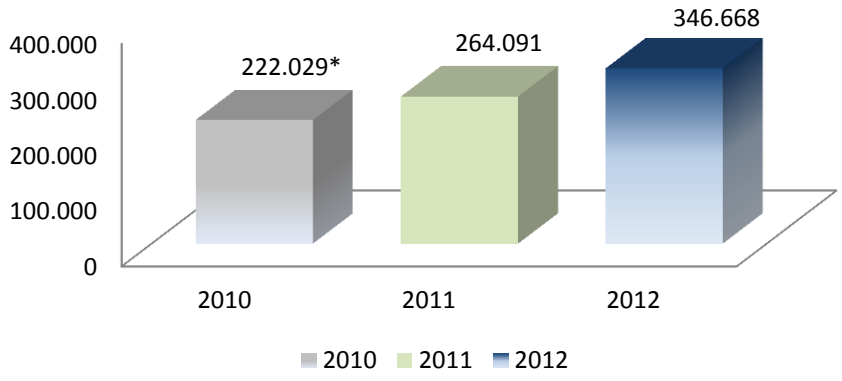
Gastos Operacionais	2011	2010	Variação (em valor)	Variação (%)
Fornecimentos e Serviços Externos	318.937	443.739	-124.803	-28%
Gastos com o Pessoal	91.407	111.121	-19.714	-18%
Outros Gastos e Perdas	186.352	243.169	-56.816	-23%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	6.799	9.515	-2.715	-29%
Total dos gastos operacionais	**603.495**	**807.544**	**-204.049**	**-25%**

Os Gastos operacionais, comparativamente com o exercício anterior, registaram uma diminuição de 204.049€ verificada em todas as rubricas sendo no entanto salientar a quebra verificada na rubrica de fornecimentos e serviços externos e nos outros gastos e perdas no montante, respetivamente de 124.803€ e 56.817€. A diminuição mais significativa apurada nos fornecimentos e serviços externos verificou-se nas deslocações e estadas onde ocorreu um desvio negativo de 89.865€, comparativamente com o período homólogo. Nos outros gastos e perdas a quebra de 51.674€ que sucedeu nos apoios monetários é o grande responsável pela variação ocorrida entre estes dois períodos em análise.

1.2.2- Balanço

PASSIVO

Valores em euros

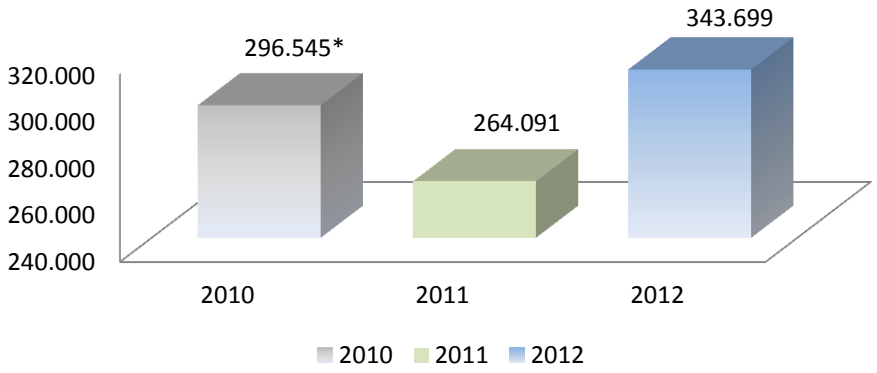


* Valores apurados segundo o anterior normativo contabilístico (POCFAAC)

Neste exercício verificou-se um aumento no Passivo de 82.577€ motivado essencialmente na rubrica de outras contas a pagar cujo incremento foi de 77.836€, comparativamente com o exercício anterior A variação ocorrida nesta rubrica diz respeito ao valor a atribuir de subsídios às associações, cujo pagamento ocorrerá em 2013.

ACTIVO

Valores em euros

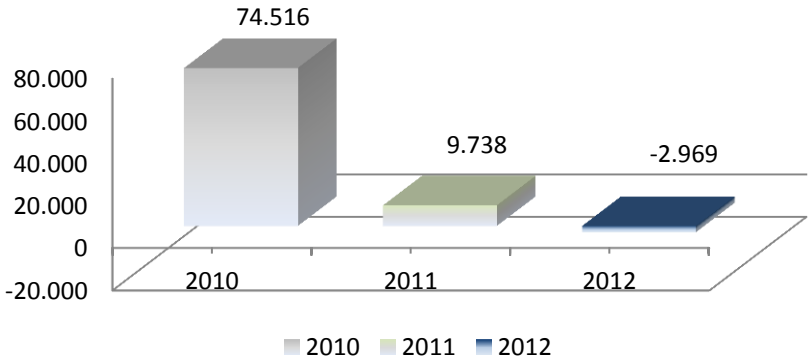


* Valores apurados segundo o anterior normativo contabilístico (POCFAAC)

O valor do ativo da Federação ascende a 343.699 euros, tendo registado um aumento 79.608€ face ao exercício anterior. O incremento verificou-se essencialmente nos Fundadores/beneméritos/doadores no montante de 49.392€, com especial incidência no aumento na rubrica das associações cujo pagamento será compensado com os subsídios a atribuir a estas entidades em 2013.

EVOLUÇÃO DO FUNDO SOCIAL - RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Valores em euros



* Valores apurados segundo o anterior normativo contabilístico (POCFAAC)

Dando seguimento à tendência do último exercício, o fundo social - reservas e resultados transitados da Federação registou um decréscimo proveniente do Resultado líquido do exercício no montante 11.267€ negativos.

1.3. Factos ocorridos após o termo do período

No decorrer dos meses subsequentes a Dezembro de 2012 não se verificou a ocorrência de factos relevantes na atividade da Federação Portuguesa de ténis de Mesa.

1.4. Perspectivas futuras

Inserido num contexto económico bem difícil, o próximo ano terá por base o rigor necessário para enquadrar a atividade da FPTM nos apoios estatais às Federações Desportivas. Segundo Orçamento do Estado (OE) para 2013 os apoios financeiros às Federações Desportivas traduzem-se numa redução global de 9,5% em relação aos valores de 2012.

Por outro lado, num estudo encomendado pelo Governo à Pricewatershouse Cooper (empresa de assessoria e consultadoria) com o título "Avaliação do Impacto do Financiamento Público dos Ciclos Olímpicos e Paraolímpicos 2001-2012", foi concluído que Portugal terá de optar por algumas modalidades em detrimento de outras, no que aos apoios para o Alto Rendimento diz respeito, sendo que o brilhante resultado obtido pela nossa representação nos últimos Jogos Olímpicos, seguido do impacto conseguido junto da comunicação social nos jogos de fase de qualificação para o Campeonato de Europa 2013, coloca o Ténis de Mesa numa posição de algum destaque, o que poderá significar uma redução global ligeiramente inferior ao esperado para a maioria das demais congéneres.

Acrescente-se que a esperada inclusão do Ténis de Mesa na próxima e breve alteração legislativa ao diploma que regulamenta o apoio estatal nas viagens das equipas às regiões autónomas terá um impacto significativamente positivo no Orçamento da FPTM para 2013.

O Plano de Atividades da FPTM que esta Direção preconiza e apresenta para o ano de 2013 está, assim condicionado, tal como em anos anteriores, pelas receitas provenientes do Orçamento de Estado (OE), da ETTU/ITTF e de potenciais patrocinadores, sendo que o grande desafio que se apresentou a esta direção foi o de planear e orçamentar 2013 com base nos apoios financeiros recebidos em 2012 do IPDJ, ao abrigo dos vários contratos-programa aprovados, criando prioridades que permitirão concretizar o planeado, já que existem enormes indefinições tanto em relação aos valores constantes dos contratos-programa para o próximo ano como ao próprio modelo de financiamento do próximo Ciclo Olímpico.

a) Departamento de Iniciação e Formação

Procurámos que estas esperadas e apontadas restrições de natureza financeira não impeçam o aumento da atividade na área da iniciação e formação como se poderá constatar no Plano que seguidamente apresentamos.

Para esse efeito, a FPTM está a trabalhar com a ETTU/ITTF, com o IPDJ e com o Ministério da Educação, estabelecendo ainda inúmeros contactos com empresas privadas de diversos sectores, procurando assim completar o insuficiente investimento público expectável para que, nesta área, se desenvolvam todos os projetos existentes.

Assim, e apesar de todo o enquadramento económico-financeiro desfavorável, 2013 será seguramente um ano de grande atividade nacional nesta área, marcado pelo reaparecimento dos cursos e ações de formação, quer para treinadores/as e futuros/as treinadores/as, quer para professores/as.

Em termos de desenvolvimento da modalidade iniciaremos uma política de apoio às Escolas e Professores/as e a respectiva ligação aos Clubes e Associações, apostando fortemente na massificação da modalidade.

b) Desenvolvimento Desportivo

1 – Quadros Competitivos. Foram alterados os quadros competitivos para a época 2012/2013 tanto no que se refere organização do campeonato nacional da 2ª divisão, com a extinção da 3ª divisão, como no modelo proposto dos Torneios Abertos para as classes etárias mais jovens, com o objetivo principal de proporcionar mais competição sem aumentar os custos inerentes, tanto para a FPTM como para os clubes.

Simultaneamente, a alteração regulamentar já efectuada, que permite que os atletas das classes etárias mais jovens possam disputar os campeonatos nacionais individuais das classes para as quais estejam autorizados por exame médico pretende aumentar as exigências competitivas dos atletas, num ano em que se prevê a racionalização dos custos com as seleções nacionais.

Pretende-se ainda regulamentar os campeonatos nacionais da 1ª divisão masculina e feminina de forma a permitir o seu funcionamento regular, prestigiando a competição e tornando-a num pivot de divulgação da modalidade.

2 – Aumentar o espectro de penetração do Ténis de Mesa junto de sectores paralelos (FADU, FPDD e "Desporto para Todos") que permitam aumentar o número de praticantes.

3 – Cooperação com as Associações Territoriais através de contratos-programa.

As Associações Territoriais são um relevante e determinante instrumento para o desenvolvimento desportivo e o aumento de número de clubes e praticantes, sendo o seu correto e legal enquadramento vital a assegurar um eficaz funcionamento e prossecução dos seus fins.

4- Alto Rendimento e Seleções Nacionais

Pretende-se enquadrar todo o projeto do Alto Rendimento e Seleções Nacionais nas decisões estratégicas emanadas da Administração Desportiva Central cujas diretrizes apenas conhecemos em linhas gerais, sem conhecer os seus detalhes, ou os valores exatos.

Assim será absolutamente essencial perceber qual o modelo de financiamento que será apresentado ao movimento associativo por parte do Governo e ainda quais as linhas orientadoras do Projeto Rio 2016, as quais só deverão ser conhecidas muito mais tarde, após as eleições, a realizar em Março de 2013, para os órgãos do Comité Olímpico de Portugal.

Por outro lado a inauguração do CAR de Vila Nova de Gaia irá permitir que sejam criadas condições de excelência para o treino das seleções nacionais e até que a FPTM se candidate a organizar provas internacionais no nosso país.

c) Marketing, Promoção e Comunicação

Os resultados obtidos nos Jogos Olímpicos de Londres e consequente visibilidade que trouxeram à nossa modalidade colocaram o Ténis de Mesa numa posição de algum destaque junto da comunicação social desportiva e até generalista, criando condições de promoção da

modalidade que irão ser aproveitadas pela FPTM para cativar novos adeptos, praticantes e até eventuais patrocinadores. Por outro lado, a FPTM usará os seus "interfaces eletrónicos" para chegar junto dos vários agentes pertencentes à comunidade mesa-tenista assim como aos fãs.

d) Reorganização administrativa e funcional

Encontrámos uma estrutura administrativa na FPTM, para além de parca em recursos humanos – o que a curto prazo não pretendemos, nem poderemos, em todo o caso alterar – extremamente disfuncional em termos organizativos, em que as pessoas não tinham funções ou tarefas definidas, linhas de orientação ou de prioridades a estabelecer.

Perante esta situação, já foi, e continuará a ser em 2013, prioridade desta Direção a definição de um plano estratégico de orientação e motivação dos recursos humanos existentes, não esquecendo as necessárias e imperiosas ações de formação, em diversas áreas, visando uma maior rentabilização e otimização dos meios existentes, através da sua efetiva preparação para o desempenho de multitarefas como é natural exigência de uma pequena Federação como a nossa.

A par com esta reorganização administrativa e funcional, pretendemos ainda implementar sistemas de procedimentos e regras que igualmente contribuam para uma maior eficácia do trabalho e, consequentemente dos serviços e informações prestadas aos nossos sócios e associados, clubes e todos os agentes desportivos. Instrumento fundamental para esta reorganização será, ainda, uma profunda reformulação do Regulamento Geral da FPTM, tornando-o moderno e adequado à nova realidade financeira e desportiva que se visa para a modalidade.

1.5. Aplicação dos Resultados

A Direção da Federação reitera a exatidão das demonstrações financeiras apresentadas e propõe que os resultados apurados no exercício corresponde a 11.267€ negativos sejam transferidos para resultados transitados.

1.6. Notas Finais

A Direção da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa deixa aqui expresso um voto de agradecimento aos membros da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal e aos colaboradores da Federação pela dedicação e disponibilidade demonstradas.

Apraz-nos registar e agradecer a colaboração da Rui Lemos Pereira e Associado, SROC na qualidade de auditores.

Lisboa, 15 de Março de 2013

A Direção da Federação Portuguesa Ténis de Mesa

II BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

FED. PORTUGUESA TÉNIS DE MESA

EUR Euros

Contribuinte: 501547584

Rubricas	Notas	31-12-2012	31-12-2011
A C T I V O			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	191.484	197.143
Subtotal		191.484	197.143
Activo corrente			
Clientes	7	3.180	-
Adiantamentos a fornecedores	8	17.104	-
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	9	62.803	13.411
Outras contas a receber	10	66.885	51.424
Diferimentos	11	936	641
Caixa e depósitos bancários	4	1.307	1.472
Subtotal		152.215	66.948
Total do activo		343.699	264.091
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12	73.113	73.113
Resultados transitados	12	-135.079	1.403
Outras variações nos fundos patrimoniais	12	70.264	72.392
Subtotal		8.298	146.908
Resultado líquido do período		-11.267	-137.170
Total dos fundos patrimoniais		-2.969	9.738
P A S S I V O			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	13	82.000	-
Subtotal		82.000	-
Passivo corrente			
Fornecedores	14	97.675	48.481
Estado e outros entes públicos	15	2.257	2.972
Financiamentos obtidos	13	24.000	140.000
Outras contas a pagar	16	140.736	62.900
Subtotal		264.668	254.353
Total do Passivo		346.668	264.091
Total dos fundos próprios e do passivo		343.699	264.091

A Direcção

O Técnico oficial de contas

III DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

FED. PORTUGUESA TÉNIS DE MESA

Moeda: EUR

Contribuinte: 501547584

Rendimentos e Gastos	Notas	2012	2011
Vendas e serviços prestados	17	77.872	62.711
Subsídios, doações e legados à exploração	18	470.895	516.208
Fornecimentos e serviços externos	19	-318.937	-443.739
Gastos com pessoal	20	-91.407	-111.121
Outros rendimentos e ganhos	21	52.598	102.765
Outros gastos e perdas	22	-186.352	-243.169
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4.669	-116.345
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	23	-6.799	-9.515
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2.130	-125.860
Juros e gastos similares suportados	24	-9.137	-11.310
Resultado antes de impostos		-11.267	-137.170
Impostos sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		-11.267	-137.170

A Direcção

O Técnico oficial de contas

IIV DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Entidade: Federação Portuguesa Ténis de Mesa

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período findo a 31 de Dezembro de 2011

Unidade monetária **(1)**

DESCRIÇÃO		NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos - Património	Resultados transitados	Outras reservas	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (01.01.2011)	**1**	12	73.113	(6.586)	-	-	7.989	74.515	74.515
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								-	-
Primeira adopção de novo referencial contabilístico						73.207		73.207	73.207
Ajustamentos por impostos diferidos								-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				7.989	-	(815)	(7.989)	(815)	(815)
	2		-	7.989	-	72.392	(7.989)	72.392	72.392
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**3**						(137.170)	(137.170)	(137.170)
RESULTADO EXTENSIVO	**4=2+3**		-					(64.778)	(64.778)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
	5		-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (31/12/2011)	**6=1+2+3+5**	12	73.113	1.403	-	72.392	(137.170)	9.738	9.738

(1) - O Euro

Entidade: Federação Portuguesa Ténis de Mesa

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período findo a 31 de Dezembro de 2012

Unidade monetária **(1)**

DESCRIÇÃO		NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos - Património	Resultados transitados	Outras reservas	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (01.01.2012)	**6**	12	73.113	1.403	-	72.392	(137.170)	9.738	9.738
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(136.482)	-	(2.128)	137.170	(1.440)	(1.440)
	7		-	(136.482)	-	(2.128)	137.170	(1.440)	(1.440)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**8**						(11.267)	(11.267)	(11.267)
RESULTADO EXTENSIVO	**9=7+8**							(12.707)	(12.707)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
	10		-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (31.12.2012)	**11=6+7+8+10**	12	73.113	(135.079)	-	70.264	(11.267)	(2.969)	(2.969)

A Direcção O Técnico oficial de contas

V DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Entidade: FED. PORTUGUESA TÉNIS DE MESA
Moeda: EUR
Unidade: Euros
Contribuinte: 501547584

	NOTAS	2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		0	0
Pagamento a Fornecedores		-308.043	-398.021
Pagamentos ao Pessoal		-93.451	-108.148
Caixa gerada pelas operações		-401.494	-506.169
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		0	0
Outros recebimentos / pagamentos		445.956	435.351
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**44.462**	**-70.818**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos de:			
Activos Fixos Tangíveis		-1.619	-2.474
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**-1.619**	**-2.474**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos de:			
Financiamento Obtidos		0	69.500
Pagamentos de:			
Financiamentos Obtidos		-34.000	-10.000
Juros e gastos similares		-9.008	-11.310
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**-43.008**	**48.190**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-165	-25.103
Efeitos das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.472	26.575
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.2	1.307	1.472

A Direcção

O Técnico oficial de contas

VI ANEXO

Identificação da Entidade

A Federação Portuguesa de Ténis de Mesa, pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho n.º 55/93, de 29 de novembro, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 288, de 11 de Dezembro com sede na Rua Padre Luís Aparício, 9 — 5°, 1150 -248 Lisboa, Titular do Número de Identificação Único de Pessoa Colectiva 501 547 584.

,

1.1 A Instituição tem como objecto a definição de valores e objectivos do ténis de mesa nacional, bem como o seu fomento e desenvolvimento. A Federação Portuguesa de Ténis de Mesa prossegue, nomeadamente, os seguintes fins:

a)Promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, a formação e prática do ténis de mesa;

b)Difundir e fazer respeitar as regras do ténis de mesa, estabelecidas pelos órgãos e entidades competentes;

c)Representar o ténis de mesa português junto das organizações desportivas internacionais em que se encontra filiada;

d)Representar os interesses dos seus filiados perante a Administração Pública;

e)Estimular e apoiar o funcionamento das Associações Distritais ou Regionais;

f)Prestar apoio técnico aos seus associados;

g)Estabelecer relações com federações estrangeiras internacionais;

h)Organizar campeonatos nacionais e outras provas consideradas convenientes à expansão e desenvolvimento do ténis de mesa, bem como atribuir os respectivos títulos.

Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 As demonstrações financeiras da Federação foram pela primeira vez preparadas de acordo com a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC-ESNL), conforme disposto no Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março. O SNC-ESNL é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) e Normas Interpretativas (NI).

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração

dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pela Direcção da Federação, no dia 15 de Março de 2013, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2012 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2011.

2.2 Não foram feitas derrogações às disposições do SNC-ESNL.

2.3 Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

2.4 Conforme previsto na adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL as demonstrações financeiras incluem informação comparativa com referência a 31 de Dezembro de 2011, preparada de acordo com o SNC-ESNL.

Na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2012 e na determinação dos ajustamentos de transição, a Federação decidiu adoptar certas regras previstas na adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Os efeitos no balanço em 1 de Janeiro de 2011 da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade para as Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes (POCFAAC) para as demonstrações financeiras expressas, em conformidade com o SNC-ESNL m vigor a 1 de Janeiro de 2012, destacam-se da seguinte forma:

Balanço em 1 de Janeiro de 2011

	POCFAAC	Ajustamentos e reclassificações	SNC-ESNL
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	204.184	-	204.184
Total do activo não corrente	**204.184**	**-**	**204.184**
Activo corrente:			
Outras contas a receber	63.424	-	63.424
Diferimentos	2.362	-	2.362
Caixa e depósitos bancários	26.575	-	26.575
Total do activo corrente	**92.361**	**-**	**92.361**
Total do activo	**296.545**	**-**	**296.545**
Fundos próprios:			
Fundos	73.113	-	73.113
Outras Variações Fundos Patrim. (subsídios ao investimento	-	73.207	73.207
Resultados transitados	1.403	-	1.403
Total dos Fundos Patrimoniais	**74.516**	**73.207**	**147.723**
Passivo corrente:			
Fornecedores	43.070	-	43.070
Estado e outros entes públicos	3.676	-	3.676
Financiamentos Obtidos	80.000	-	80.000
Diferimento	1.162	-	1.162
Outras contais a pagar	94.121	-73.207	20.914
Total do passivo corrente	**222.029**	**-73.207**	**148.822**
Total do passivo	**222.029**	**-**	**148.822**
Total dos fundos patrimoniais e passivo	**296.545**	**-**	**296.545**

A reconciliação dos fundos patrimoniais relatada de acordo com o POCFAAC com os fundos patrimoniais segundo as NCRF-ESNL, entre a data de transição para as NCRF-ESNL e 31 de Dezembro de 2011, apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	
Fundos Patrimoniais de acordo com o POCFAAC a 1 de Janeiro de 2011	74.516
Ajustamentos efectuados aos fundos patrimoniais em 1 de Janeiro de 2011	73.207
Fundos Patrimoniaiss de acordo com as NCRF-ESNL a 1 de Janeiro de 2011	**147.723**
Fundos Patrimoniais de acordo com o POCFAAC a 31 de Dezembro de 2011	74.516
Ajustamentos efectuados aos fundos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2011	-815
Fundos Patrimoniais de acordo com as NCRF-ESNL a 31 de Dezembro de 2011	**146.908**

A reconciliação do resultado relatado segundo o POCFAAC, relativo ao período findo em 31 de Dezembro de 2011, com o resultado segundo as NCRF-ESNL relativo ao mesmo período, apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	
Resultado do período de 2011 de acordo com o POCFAAC	137.170
Ajustamentos efectuados às rubricas de rendimentos e gastos do período de 2009	-
Resultado do período de 2011 de acordo com as NCRF-ESNL	**137.170**

Decorrente dos ajustamentos indicados, a demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, reexpressa de acordo com o SNC-ESNL, é como segue:

(valores em euros)

	POCFAAC	Ajustamentos e reclassificações	SNC
Vendas e serviços prestados	62.711	-	62.711
Subsídios, doações e legados à exploração	516.208		516.208
Fornecimentos e serviços externos	-443.739	-	-443.739
Gastos com o pessoal	-111.121	-	-111.121
Outros rendimentos e ganhos	102.765		102.765
Outros gastos e perdas	-243.169	-	-243.169
Resultado antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos	**-116.345**	**-**	**-116.345**
Gastos /reversão de depreciação e de amortização	-9.515	-	-9.515
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**-125.860**	**-**	**-125.860**
Juros e gastos similares suportados	-11.310	-	-11.310
Resultado antes de impostos	**-137.170**	**-**	**-137.170**
Resultado líquido do período	**-137.170**	**-**	**-137.170**

Estas demonstrações financeiras são as primeiras demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as NCRF-ESNL, tendo sido aplicado o ponto 5 – Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL requer que o Direcção formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer gastos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as NCRF-ESNL a Federação decidiu manter o critério de mensuração pelo método do custo.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Federação.

Os gastos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com as taxas legais do Decreto Regulamentar nº 25/2009

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

Benefícios aos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem vencimentos, subsídio de alimentação, diuturnidades, subsídio de férias e subsídio de Natal.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este não coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Subsídios e outros apoios do Governo

Um subsídio e outros apoios do Governo não são reconhecidos, até que haja segurança razoável de que a Instituição cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios e outros apoios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Um subsídio e outros apoios do Governo que se tornem recebíveis como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Instituição sem qualquer futuro custo relacionado são reconhecidos como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os activos e passivos contingentes são avaliados continuadamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o activo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser

reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Federação divulga o respectivo passivo contingente.

Instrumentos financeiros

A Federação reconhece um activo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de fundos próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar fundos e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

A Federação mensura os seus activos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma transacção possa ser fiávelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiávelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiávelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Instituição;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiávelmente mensurada; e

- Os gastos incorridos com a transacção e os gastos para concluir a transacção possam ser fiávelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes facturados nas prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

A Federação reconhece as receitas obtidas com as prestações de serviços associativos, os subsídios, doações e legados à exploração como Rendimentos no período a que estes se reportam.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 15 de Março de 2013, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 24.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF-ESNL requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, fundos próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Instituição e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Federação é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Federação, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Direcção considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Federação e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Vida útil dos activos fixos tangíveis

A vida útil de um activo é o período durante o qual se espera que esse activo esteja para uso, devendo ser revista pelo menos no final de cada ano financeiro. Caso as estimativas difiram das anteriores, a alteração deve ter somente efeitos no futuro, alterando-se as quotas de depreciação por forma a que o activo seja integral e linearmente depreciado até ao fim da sua vida útil.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Instituição da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.4. Gestão de riscos financeiros

A Federação está sujeito a vários riscos financeiros. Para isso a Instituição desenvolveu um programa de gestão dos riscos financeiros, com o objectivo de minimizar os efeitos adversos nos resultados da Federação. Os riscos financeiros são identificados pela tesouraria e pelas unidades operacionais, cabendo à tesouraria a realização das necessárias coberturas de risco, de acordo com as directrizes traçadas pela Direcção.

i) Risco cambial – A Instituição não está exposta a este risco na medida em que não efectua operações estrangeiras e transacções comerciais futuras.

ii) Risco de preço – a Instituição não está exposta ao risco de preço das matérias-primas.

iii) Risco de crédito – a Federação não tem concentração significativa de risco de crédito. As políticas em vigor asseguram que as prestações de serviço sejam efectuadas para clientes com um adequado historial de crédito.

iv) Risco de liquidez – a gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades necessárias e a disponibilidade de fundos através de facilidades de crédito negociadas.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4 - Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

4.2 A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

(valores em euros)

	31.12.12	31.12.11
Numerário		
Caixa	28	845
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem BPI	1.279	627
	1.307	**1.472**

5-Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não foram detectados erros nas correspondentes rubricas do exercício findo a 31 de Dezembro de 2011, de acordo com o ponto 4 da NCRF-ESNL, pelo que o comparativo reexpresso respeita a característica qualitativa de comparabilidade.

6-Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

	31.12.12	31.12.11
Valor bruto		
Terreno	62.350	62.350
Edifícios e outras construções	214.433	214.433
Equipamento básico	49.652	49.652
Equipamento de transporte	22.781	22.781
Equipamento administrativo	133.073	131.454
Outros activos fixos tangíveis	17.035	17.035
	499.324	**497.705**
Depreciação acumulada e imparidade		
Edifícios e outras construções	(88.776)	(84.300)
Equipamento básico	(49.652)	(49.652)
Equipamento de transporte	(22.781)	(22.781)
Equipamento administrativo	(129.911)	(127.400)

Outros activos fixos tangíveis	(16.720)	(16.429)
	(307.840)	**(300.562)**
Valor líquido contabilístico		
Terreno	62.350	62.350
Edifícios e outras construções	125.657	130.133
Equipamento básico	-	-
Equipamento de transporte	-	-
Equipamento administrativo	3.162	4.054
Outros activos fixos tangíveis	315	606
	191.484	**197.143**

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o período findo a 31 de Dezembro de 2012 são analisados como segue:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Activos classificados como detidos para venda	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:							
Terreno – sede	62.350	-	-	-	-	-	62.350
Edifício – sede	214.433	-	-	-	-	-	214.433
Equipamento básico	49.652	-	-	-	-	-	49.652
Equipamento de transporte	22.781						22.781
Equipamento administrativo	131.454	1.619	-	-	-	-	133.073
Outros activos fixos tangíveis	17.035	-	-	-	-	-	17.035
	497.705	**1.619**	**-**	**-**	**-**	**-**	**499.324**
Depreciação acumulada e imparidade:							
Edifício – sede	(84.300)	(4.476)	-	-	-	-	(88.776)
Equipamento básico	(49.652)	-	-	-	-	-	(49.652)
Equipamento de transporte	(22.781)	-	-	-	-	-	(22.781)
Equipamento administrativo	(127.400)	(2.511)	-	-	-	-	(129.911)
Outros activos fixos tangíveis	(16.429)	(291)	-	-	-	-	(16.720)
	(300.562)	**(7.278)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(307.840)**
Total	**197.143**						**191.484**

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas;

As depreciações foram efectuadas pelo método da das quotas constantes, em sistema de quota anual de depreciação;

O edifício-sede está dado como garantia real (hipotecária) a terceiros (Banco BPI).

7-Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

(valores em euros)

	31.12.12	31.12.11
Clientes – gerais		
Clientes Mercado Intracomunitário	3.180	-
Imparidade créditos cobrança duvidosa	-	-
Valor líquido contabilístico	**3.180**	**-**

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	Não vencidos	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias	Total
Clientes gerais:						
Mercado intracomunitário	3.180	-	-	-	-	3.180
	3.180	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.180**

8-Adiantamentos a fornecedores

A rubrica de adiantamentos a fornecedores é analisada como segue:

(valores em euros)

	31.12.12	**31.12.11**
Adiantamentos a Fornecedores – corrente		
Adiantamentos a Fornecedores c/c		
Operações correntes	17.104	-
Imparidade créditos cobrança duvidosa	-	-
Valor líquido contabilístico	**17.104**	**-**

A antiguidade dos saldos de adiantamentos a fornecedores apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	**Não vencidos**	**até 90 dias**	**Entre 90 e 180 dias**	**Entre 180 e 360 dias**	**Mais de 360 dias**	**Total**
Adiantamentos a fornecedores:						
Algartematico-gestão e inovação	6.207	-	-	-	-	6.207
2012 European table tennis champions	-	9.793	-	-	-	9.793
Tischtennis marketing gmbh	-	1.104	-	-	-	1.104
	6.207	**10.897**	**-**	**-**	**-**	**17.104**

9-Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31.12.12	31.12.11
Activo corrente:		
Federações internacionais	-	(3.695)
Associações Distritais	55.865	(3.838)
Clubes	6.938	18.730
Arbitragem	-	460
Outros Agentes Desportivos	-	1.754
	62.803	**13.411**

10-Outras contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber é analisada como segue:

(valores em euros)

	31.12.12	31.12.11
Outras contas a receber – corrente		
IDP - Contratos Programa	41.020	19.500
Comité Olímpico de Portugal	6.150	15.524
Outros devedores	19.716	16.400
Imparidade créditos cobrança duvidosa	-	-
Valor líquido contabilístico	**66.886**	**51.424**

11-Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

(valores em euros)

	31.12.12	31.12.11
Activo		
Gastos a reconhecer		
Seguros	744	456
Outros	192	185
	936	**641**

12-Fundos patrimoniais

Nesta rubrica estão incluídos os Fundos, os Resultados transitados e as Outras variações nos fundos patrimoniais (subsídio ao investimento).

Nas Outras Variações nos Fundos Patrimoniais encontra-se registado os seguintes movimentos:

(valores em euros)

	31.12.11	Aumentos/ Diminuição	Realização/ Reconhecimento	31.12.12
Fundos - Património	73.113	-	-	73.113
Resultados transitados	1.403	(137.170)	688	(135.079)
Outras variações de fundos próprios	70.264	72.392	(2.128)	70.264
	145.505	-	**(2.128)**	**143.377**

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo do exercício anterior no montante de 137.170 euros e do ajustamento motivado pela adopção da primeira vez da NCRF-ESNL.

13-Financiamentos obtidos

A rubrica de financiamentos obtidos é analisada como segue:

(valores em euros)

	31.12.12	31.12.11
Financiamentos obtidos - Não corrente		
Crédito bancário – conta-corrente (entre 1 e 4 anos)	82.000	-
	82.000	**-**
Financiamentos obtidos – corrente		
Crédito bancário – conta-corrente (menos de um ano)	24.000	140.000
	24.000	**140.000**

A variação ocorrida nos financiamentos obtidos – não corrente está relacionada com a separação dos financiamentos de acordo com a maturidade do empréstimo.

14-Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

(valores em euros)

	31.12.12	31.12.11
Fornecedores - corrente		
Fornecedores c/c	80.571	48.481
	80.571	**48.481**

Os saldos da rubrica de fornecedores são desta forma analisados:

(valores em euros)

	31.12.12	31.12.11
TQ - Travel Quality - Viagens e Turismo, Lda	18.844	16.635
Brava Tour - Viagens e Turismo	13.624	6.060
Raso-Viagens e Turismo SA (Geostar)	10.296	-
Federação Espanhola de Tenis de Mesa	7.692	-
CDP - Conf. Desporto de Portugal	7.062	3.368
European Table Tennis Union a.s.b.l.	4.560	-
Administração Condomínio	3.992	1.996
Associação Tenis Mesa Qatar	3.600	-
CLR - Correia, Laranjeira & Rodrigues	3.051	-
Outros	24.954	20.422
	97.675	**48.481**

15-Estado

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

(valores em euros)

Passivo	31.12.12	31.12.11
Segurança Social	1.548	1.978
Retenções na fonte IRS	709	994
	2.257	**2.972**

16-Outras contas a pagar

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

(valores em euros)

	31.12.12	31.12.11
Outras contas a pagar		
Acréscimos de gastos - Remunerações a liquidar	10.727	15.013
Outros credores por acréscimo de gastos	110.941	47.248
Federações Internacionais	8.071	-
Outros credores	10.997	-
	140736	**62.261**

A variação ocorrida na rubrica de outros credores por acréscimo de gastos diz respeito essencialmente ao valor a atribuir de subsídios às associações, cujo pagamento ocorrerá em 2013:

Pagamentos Associações 2012

Associações	Valores atribuidos
Algarve	7.523,62 €
Aveiro	7.308,84 €
Braga	2.944,53 €
Bragança	
Coimbra	2.244,40 €
Évora	5.451,25 €
Flores	1.707,17 €
Ilha do Pico	8.287,05 €
Ilha Terceira	6.795,30 €
Leiria	
Lisboa	11.591,46 €
Madeira	15.133,96 €
Porto	11.718,04 €
Setúbal	5.108,20 €
Viana do Castelo	1.576,77 €
Vila Real	3.882,13 €
Viseu	3.645,63 €
Totais	94.918,36 €

17-Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

(valores em euros)

	31.12.12	31.12.11
Prestações de serviços		
Inscrição em Provas	43.499	14.749
Taxa Filiação Jog. Federado	25.627	31.512
Quotas dos utilizadores	4.509	3.834
Alteração de Jogos	1.800	5.475
Inscrição de Estrangeiros	1.010	920
Cartões Identificação Desportiva	862	5.008
Impressos e Mat. Desportivo	565	602
Multa e penalidades	-	611
	77.872	**62.711**

18-Subsídios, doações e legados à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

(valores em euros)

	31.12.12	31.12.11
Subsídios, doações e legados à exploração		
INSTITUTO DE DESPORTO PORTUGAL	396.000	434.750
COMITÉ OLIMPICO DE PORTUGAL	74.895	81.458
	470.895	**516.208**

Os valores relativos aos subsídios recebidos do Estado dizem respeito aos contratos-programa:

- Contrato -programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/173/DDF/2012 - Alto Rendimento e Seleções Nacionais;
- Contrato -programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/171/DDF/2012 - Desenvolvimento da Prática Desportiva;
- Contrato -programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/172/DDF/2012 - Enquadramento Técnico;

- Contrato -programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/72/DDF/2012 – Eventos desportivos internacionais – Campeonatos Iberoamericanos;
-Contrato -programa de desenvolvimento desportivo n.º CP/174/DDF/2012 - Eventos Desportivos Internacionais

19-Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

(valores em euros)

	31.12.12	31.12.11
Deslocações, estadas e transportes	250.459	340.324
Honorários	22.207	51.976
Comunicação	9.285	9.193
Seguros	5.228	2.993
Trabalhos especializados	4.638	6.985
Energia e fluidos	3.653	5.790
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3.531	12
Rendas e alugueres	2.908	9.153
Material de escritório	2.363	6.020
Conservação e reparação	227	120
Publicidade e propaganda	97	768
Limpeza, higiene e conforto	94	161
Outros serviços	14.247	10.244
	318.937	**443.739**

20-Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

(valores em euros)

	31.12.12	31.12.11
Remuneração do pessoal		
Remunerações	76.243	92.820
Encargos sobre remunerações	14.937	17.808
Outros Gastos	227	493
	91.407	**111.121**

O número médio de pessoas ao serviço da Federação em 2012 e 2011 foi de 4 e 5 respectivamente.

21-Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

(valores em euros)

	31.12.12	31.12.11
Contribuições	17.760	-
Prémios de arbitragem	9.812	29.262
Publicidade	7.942	6.500
Outros	7.341	13.118
Seguro desportivo	6.743	5.502
Rendimentos de formação e Promoção	3.000	670
Organização de eventos	-	47.713
	52.598	**102.765**

22-Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

(valores em euros)

	31.12.12	31.12.11
Impostos	645	424
Correções exercícios anteriores	4.088	8.836
Multas e Penalidades	400	365
Apoios monetários concedidos Praticantes	169	2.139
Apoios monetários concedidos Treinadores	5.960	5.680
Apoios monetários concedidos Arbitragem	26.245	41.735
Apoios monetários concedidos Clubes	40.177	70.212
Apoios monetários concedidos – Subsídios às associações	100.540	105.000
Quotizações	465	925
Inscrições	4.743	3.064
Troféus	2.918	4.670
Impressos	-	120
	186.352	**243.170**

23-Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

(valores em euros)

	31.12.12	31.12.11
Depreciações activos tangíveis		
Edifício – sede	4.476	3.741
Equipamento básico	-	2.517
Equipamento administrativo	2.224	1.938
Outros activos fixos tangíveis	99	1.319
	6.799	**9.515**

24 - Juros e gastos similares suportados

A rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

(valores em euros)

	31.12.12	31.12.11
Gastos Financeiros		
Juros suportados	8.438	30.358
	8.438	**33.908**

25- Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram acontecimentos que originassem ajustamentos nas demonstrações financeiras da Federação.

26- Outras informações

A Federação apresenta perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária a sua situação tributária regularizada, não encontrando-se nenhum processo pendente de resolução.

A Direcção
O Técnico oficial de contas

VIII PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TÉNIS DE MESA SOBRE AS CONTAS REFERENTES AO PERÍODO DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

NO ÂMBITO DO MANDATO QUE NOS CONFERIRAM E NO DESEMPENHO DAS NOSSAS FUNÇÕES DETERMINADAS NO ARTIGO 59º. DOS ESTATUTOS DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TÉNIS DE MESA APROVADOS EM DEZEMBRO DE 2009, CUMPRE-NOS APRESENTAR O RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012.

ATRAVÉS DE CONTACTOS ESTABELECIDOS COM A DIRECÇÃO DA FEDERAÇÃO, BEM COMO DE ESCLARECIMENTOS E DE INFORMAÇÕES RECOLHAIDAS JUNTO DOS SERVIÇOS COMPETENTES, INFORMAMO-NOS ACERCA DA ACTIVIDADE DA FEDERAÇÃOE DA GESTÃO E PROCEDEMOS À VERIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA PRODUZIDA AO LONGO DO EXERCÍCIO EFECTUANDO AS ANÁLISES JULGADAS CONVENIENTES.

DURANTE O EXERCÍCIO ACOMPANHAMOS REGULARMENTE, APÓS TERMOS SIDO EMPOSSADOS, AS VÁRIAS ACTIVIDADES DA FEDERAÇÃO, VERIFICAMOS O CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS EM VIGOR E APRESENTAMOS À DIRECÇÃO AS SUGESTÕES QUE CONSIDERAMOS APROPRIADAS NAS CIRCINSTÂNCIAS, BEM COMO O TRABALHO REALIZADO PELO REVISOR DE CONTAS.

AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012 FORAM OBJECTO DE EXAME INDEPENDENTE CUJA CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS, INCLUINDO RESERVAS E ÊNFASES, FOI SUBMETIDA À NOSSA APRECIAÇÃO E COM A QUAL CONCORDAMOS E QUE PARA OS DEVIDOS EFEITOS CONSIDERAMOS INCORPORADAS, POR REFERÊNCIA, NESTE RELATÓRIO.

O RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DA FEDERAÇÃO, O BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E A DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS, A DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO FUNDO SOCIAL E A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO NAQUELA DATA, LIDOS EM CONJUNTO COM O PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS, PERMITEM UMA ADEQUADA COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA FEDERAÇÃO E SATISFAZEM AS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS EM VIGOR.

DA DIRECÇÃO DA FEDERAÇÃO E DOS SERVIÇOS COMPETENTES OBTIVEMOS SEMPRE A DOCUMENTAÇÃO E OS ESCLARECIMENTOS SOLICITADOS, NOMEADAMENTE CERTIDÕES DOS ORGANISMOS ESTATAIS E DO BANCO DE PORTUGAL DE QUE NÃO EXISTEM INCUMPRIMENTOS, O QUE AGRADECEMOS, CONCLUINDO QUE:

A) EXCEPTO QUANTO AO EFEITO DAS REFERIDAS RESERVAS INCLUÍDAS NA CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS, AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERMITEM UMA ADEQUADA COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TÉNIS DE MESA; E

B) O RELATÓRIO DE GESTÃO APRESENTA A EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE E DA SITUAÇÃO DA FEDERAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS.

EM RESULTADO DAS VÁRIAS ANÁLISES E DO TRABALHO DESENVOLVIDO SOMOS DE PARECER:

A) QUE SEJAM APROVADOS O RELATÓRIO, O BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATURAZAS, A DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO FUNDO SOCIAL E A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012;

B) QUE O RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SEJA INCORPORADO NOS RESULTADOS TRANSITADOS NOS FUNDOS PATRIMONIAIS;

C) QUE SEJA APROVADO UM VOTO DE LOUVOR AOS ATLETAS, TREINADORES, DIRIGENTES, ÀS ASSOCIAÇÕES E DEMAIS INTERVENIENTES QUE TÊM CONTRIBUÍDO PARA O DESENVOLVIMENTO DA MODALIDADE;

LISBOA, 3 DE ABRIL DE 2013

O CONSELHO FISCAL

JOSÉ MANUEL ARAÚJO ROSEIRO (PRESIDENTE)

LUDGERO QUEIROZ (SECRETÁRIO)

GONÇALO PIMENTA (RELATOR)

IX CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

Rui Lemos Pereira & Associado
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, que evidencia um total de 343.699 euros e um total dos fundos patrimoniais negativos de 2.969 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 11.267 euros, as demonstrações dos resultados, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Federação, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
   – a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
   – a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

Estrada da Luz, nº 90-7º F - 1600-160 LISBOA - Tel. 21-7271018 – Fax. 21-7271021
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sob o nº. 76 - Cap. social 6.000,00 euros - Contribuinte nº. 502 398 868

Rui Lemos Pereira & Associado
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

– a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

– a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório da Direcção com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 03 de Abril de 2013

RUI LEMOS PEREIRA & ASSOCIADO, SROC
representada por Rui Manuel Carvalhais de Lemos Pereira (ROC nº 375)

Estrada da Luz, nº 90-7º F - 1600-160 LISBOA - Tel. 21-7271018 – Fax. 21-7271021
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sob o nº. 76 - Cap. social 6.000,00 euros - Contribuinte nº. 502 398 868

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TÉNIS DE MESA

FPTM